

1

Obras em casa

Ausente de Portugal por uns dias, este «retrato» parece fora do tempo. Mas não. O que segue é desta semana. São histórias simples, bem portuguesas, que fizeram de mim, finalmente, um homem de sucesso.

Sou, há quinze anos, proprietário de um andar. A casa é antiga e precisa de importante remodelação. Obras de interior que não tocam na fachada. Fiz tudo legalmente: pedido de autorização e licença, projectos de estrutura, electricidade, esgotos, águas residuais e fluviais, gás e aquecimento, telefones (este último chama-se Rita...). Tudo estava legalizado antes: escrituras, contribuição autárquica, condóminos, etc. Entre postais, convocatórias, enganos dos serviços, sofisticados esclarecimentos e inúteis atrasos, recebi finalmente luz verde. Esperei catorze meses pela licença! Ainda não consegui perceber o que queria a câmara, que alterações pretendia! O arquitecto e o engenheiro responsáveis pela obra, muito mais pacientes do que eu, também ainda não entenderam o que a câmara desejava. Mas consegui! O facto de todos os orçamentos terem, entretanto, aumentado de dez a quinze por cento é irrelevante.

Se fosse só isso! Nem todos os vizinhos tinham a sua situação legalizada. Um não tinha escritura, dois casais tinham-se divorciado, um marido tinha desaparecido e uma senhora tinha outro marido: coisas triviais. Acrescente-se que nenhum deles está a fazer obras, nem tem nada a ver com as minhas. Por causa de uma famigerada lei de 1990, tive eu de legalizar e actualizar a situação de todos os vizinhos, fazer assinar papéis sem

conta, arranjar os bilhetes de identidade e respectivas fotocópias reconhecidas... Durante dois meses, não parei de me agitar e percorrer as repartições, pedindo desculpa pelo incómodo e agradecendo as múltiplas amabilidades. Esta semana consegui! Recebi os papéis da conservatória.

Todas as pessoas são excelentes! Conservador, vizinhos, procuradores, notários, engenheiros da câmara, recepcionistas, funcionários, todos! Amorosos! Em todas as repartições me fazem a mesma pergunta: mas por que não fez as obras sem licença? São homens sem fé. Lusocépticos. Ou europessimistas.

Além de tudo o mais, este processo contribuiu para a minha formação permanente. Fiquei a saber que a câmara e a lei não têm qualquer responsabilidade na construção clandestina. Culpadados são os pato-bravos e os habitantes, ambiciosos, sem espírito cívico e sem paciência democrática.

Tenho um seguro de casa e recheio há cerca de dez anos. Quando o fiz, a taxa de prémio era de 1,62 por cada mil do valor da apólice. Cinco anos depois, a companhia, de concerto com as outras e, ao que me dizem, com o beneplácito do Instituto de Seguros, baixou a taxa para 1,10 por mil. Não me informou, nem reduziu o montante de prémio que devo pagar anualmente. E nada disse aos outros milhares de clientes. Quatro anos depois, a taxa passou para 80 centavos por mil, metade do que era no início. Não fui informado. Continuei a pagar 1,62.

Decidi, esta semana, actualizar o valor do seguro. Com dez anos de inflação por cima, em caso de acidente, receberia que chegasse para um quarto de casa. Dirigi-me à companhia e pedi a duplicação do valor da apólice. O funcionário comunicou-me a nova taxa em vigor. E disse-me, com um sorriso amável: «Fica a pagar o mesmo por um seguro que é mais do dobro!» Ou não percebi ou não acreditei: «Mas então, durante cinco anos, paguei uma taxa indevida?» «Pois foi...», disse o prestável funcionário. «E não me devolvem o que paguei a mais?», perguntei, afiando o dente. «Ah!...», comentou. «E continuam a não informar os clientes?», quis ainda saber. «Hum!...», concluiu. «Mas isto é uma roubalheira...», preparava-me para co-

meçar uma verdadeira luta. O sorriso inocente do funcionário demoveu-me. Encolhi os ombros e saí devagar. O funcionário, sempre educado, tinha começado uma longa tirada, da qual só percebi palavras: «...modernização...», «...apostar na qualidade...» ...Um país previsível!

As aldrabices da companhia de seguros deixaram-me em estado de choque durante dois dias. Felizmente que outra boa notícia veio compensar. O Banco de Portugal alterou finalmente as regras da publicidade aos depósitos bancários! Lembram-se das promessas de fantásticas taxas de juro e rendimentos absurdos? Quando lá chegávamos, informavam de que era só para clientes especiais, com mais de cinco mil contos, mais de um ano e só a partir de 750... Uma vigarice. Várias vezes tratei aqui os bancos de assaltantes à mão desarmada. Nunca me processaram... Pois agora chegou o Banco de Portugal e regulamentou tais actividades, exigindo verdade nos reclames. Tarde, mas chegou! Aleluia!

As propinas estão aí. O ministro decretou. Estabeleceu mínimos para as faculdades. Os reitores fixarão os máximos e as variedades. Mas o ministro não criou novo sistema de bolsas, nem de empréstimos. Vai haver sarilhos. Ele, depois, que se queixe.

O ministro também fixou os escalões para as isenções de propinas. Há algo de absurdo no financiamento da classe média. Uma família de quatro pessoas, cujos pais vençam 400 contos por mês, tem ainda 30 por cento de isenção!

Percebe-se a estratégia: inverter o princípio da gratuidade e começar lentamente, sem traumas eleitorais.

Logo a seguir, o Governo fez outra para os jovens... Casalinho que ganhe 200 contos por mês e tenha menos de vinte e cinco anos, pode pedir subsídio de renda de casa! Ainda recebe dez contos por mês...

Há erro em tudo isto: manter a ideia de subsídio, de apoio de estado às classes médias e médias altas! Ainda por cima, não se sabe, com o actual sistema fiscal, quem realmente precisa. Ricos e classes médias têm frequentemente os seus dinheiros em títulos e acções, ou bens ao sol, ou património móvel e imóvel...

Tudo o que não é declarado! Não tenhamos dúvidas: os contribuintes ainda vão pagar propinas e subsídios de renda de casa a muita gente sem qualquer necessidade.

A Grécia não ratifica Maastricht sem ter garantias na Macedónia e veta o alargamento se não tiver o Delors dois. A Alemanha e a Inglaterra não ratificam se houver Delors dois na sua versão Maxi. Sem fundos de coesão a sério, Portugal e Espanha criarão enormes dificuldades ao alargamento. A reforma da PAC foi adiada e a Itália quer um *opting out* para a sua agricultura. O «não» dinamarquês criou um formidável problema político e jurídico. O previsível «sim» irlandês (escrevo na véspera) acalmará os mais traumatizados. Em todos os países da Comunidade, as sondagens dão claras maiorias favoráveis aos referendos e, pode concluir-se, a um reexame da estratégia europeia. Ainda vai ser preciso esperar um pouco, até os governos, sempre os últimos a saber, perceberem bem o que se passa. Mas há sinais de esperança. Daqui a cinco anos, a Comunidade será democrática, diversa e alargada.

(21. 6. 1992)

2

Um pacto com o Diabo

Se Aníbal Cavaco Silva, actual primeiro-ministro, estivesse a exercer as funções de professor da Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa, a que pertence e onde deixou ambivalentes recordações, teria reagido com justo furor ao Pacto Social que o seu governo acaba de assinar com algumas associações de estudantes. O professor de Finanças Públicas não admitiria ser controlado por uma comissão paritária do ministério e dos estudantes. Não permitiria que fossem estes a zelar pela qualidade do ensino e da ciência. Nem estaria disposto a tolerar que a «reforma global do ensino superior», fosse feita por cima das autoridades científicas e pedagógicas da academia.

E razão teria o professor! Na verdade, o acordo firmado é uma inédita peça de demagogia. Traduz fraqueza do ministério. Revela a abdicação da responsabilidade e da autoridade política. Passa um certificado de incompetência absoluta às autoridades universitárias. Significa a aceitação das mais desqualificadas modas da cultura adolescente. É prova de baixo oportunismo eleitoral. Demonstra o apego do jovem ministro ao vistoso e ao populista, em detrimento do trabalho e do rigor.

Acontece que o professor Cavaco Silva tem uma visão do mundo e uma consciência profissional muito diferentes das que perfilha o primeiro-ministro Cavaco Silva. O que o professor condenaria, o político cultiva. O que o investigador recusaria, invocando dignidade académica, o primeiro-ministro promulga, reclamando-se da justiça popular. O irresponsável ministro Couto dos Santos acaba de reduzir o primeiro-ministro ao grau